

Supremo evita interferir na cassação de Raunheitti

Arquivo

BRÁSILIA — Um despacho do ministro Sepúlveda Pertence, presidente em exercício do Supremo Tribunal

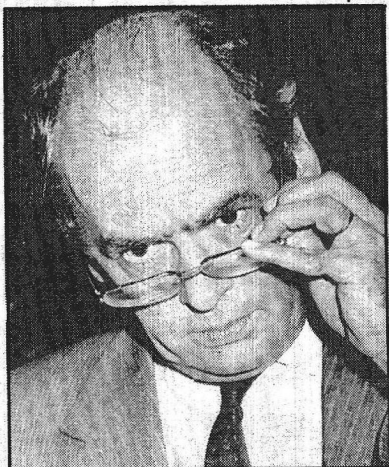


Federal, frustrou ontem as expectativas do deputado Fábio Raunheitti (PTB-RJ) de impedir o processo para a cassação de seu mandato. Pertence extinguiu a ação cautelar preparatória proposta pelo parlamentar, acusado pela CPI da máfia de Orçamento de ter destinado irregularmente verbas para beneficiar entidades assistenciais do Rio.

No despacho, Pertence destaca que o Supremo não tem competência para apreciar a ação declaratória que Raunheitti pretendia apresentar posteriormente contra a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. Este tipo de ação teria que ser protocolada em outro tribunal, não indicado pelo ministro. No Supremo, caberia apenas um mandado de segurança.

Com a ação declaratória, Raunheitti iria provar, segundo anunciou no recurso anulado ontem, a legalidade do processo da concessão das subvenções sociais questionadas pela CPI do Orçamento. O deputado sustenta que os recursos foram aplicados corretamente. Raunheitti também pretendia dar explicações ao Supremo sobre seu patrimônio.

Parlamentar ameaçado de cassação, Raunheitti afirma que a CPI não obteve provas de que ele seria um articulador de esquemas de empreiteiras e tam-



O ministro Sepúlveda Pertence

pouco que recebeu vantagens ilícitas. Não há na CPI, segundo o parlamentar, nada contra ele que mereça "reprovabilidade imediata".

● **FUNDAÇÃO** — A Fundação Roberto Marinho enviou carta ao presidente da CPI do Orçamento, senador Jarbas Passarinho, contestando a versão do deputado Paulo Ramos (PDT-RJ) de que estaria com dificuldade para examinar a documentação da entidade. A Fundação explica que já foram encaminhados cerca de 1,5 mil documentos aos auditores do TCU e convida os demais membros da CPI a visitarem e examinarem sua documentação. O deputado Ramos, que denunciava irregularidades em verbas de subvenções sociais (objeto da investigação da CPI), admitiu que essa informação não procede, mas alega que está agora examinando outros tipos de convênios.